

# O Estado e a Cultura

*Antônio Dimas \**

Um exame sumário dos estatutos que presidem a formação, organização e funcionamento da Biblioteca Real, fundada no Rio de Janeiro por D. João VI, em 13 de maio de 1811, ilustra muito bem o espírito que anima as relações entre Estado e Cultura neste país.

Dos 32 capítulos que compõem esse regimento, apenas uma meia dúzia deles cuida especificamente do assunto LIVRO, elemento precípua numa instituição dessa natureza. Os demais capítulos se dirigem ora às atribuições e responsabilidades dos funcionários, ora à manutenção e conservação do acervo. Quanto ao intercâmbio e privilégios do leitor, nenhuma palavra.(1)

Da leitura desse documento emana um cheiro acre de funcionalismo público, disposto muito mais a preservar e a defender, de maneira equívoca, um bem tido como pertence do Estado do que uma vontade de democratização do saber. O princípio que norteia os estatutos é mais o de proteger os livros que o de lançá-los à circulação. Há mais um sentido de conservação e de imobilismo do que de aventura e risco. E, quanto aos funcionários encarregados da tarefa, os artigos são tão pródigos em suas especificações minuciosas, a ponto de lhes recomendar que abram e fechem as janelas e portas em “horas assinadas”. Em resumo: os livros estão ali para movimentar e ocupar empregados e não o contrário. São mero pretexto de uma ocupação funcional, cujo zelo obsessivo é retribuído com um salário supostamente razoável, um horário de trabalho pouco exigente e um certo descaso pelo consulente, sempre tido como inoportuno.

Pelo visto, tantos anos se passaram desde a chegada da Família Real, e a mentalidade não mudou quase nada. Estado e Cultura, neste país, vivem em estado permanente de oscilação. Trata-se de um namoro tenso, desconfiado, ambíguo e oportunista, de que sempre se aproveita o Estado, desde que não se sinta ameaçado. Caso sobrevenha alguma ameaça séria,

\* Doutor em Literatura Brasileira — USP  
Professor de Literatura Brasileira na USP

enchem-se as cadeias e as embaixadas e incha-se também a censura, cabide de emprego para muito universitário disponível.

Sempre que se fala em Cultura, há uma tendência inevitável de se pensá-la em termos de literatura, cinema, artes plásticas, folclore etc. Nesse sentido, é corriqueiro esquecer-se de outros elementos que possam contribuir para a formação de uma cultura nacional, aberta a sugestões provenientes de vários cantos do mundo. Num país periférico e dependente como o nosso, sujeito ao humor e à gula do capital estrangeiro, que até não se dá, por exemplo, à opinião de nossos especialistas em energia nuclear, em higiene e saúde públicas, em ecologia, em engenharia sanitária, em educação pré-escolar, em transporte urbano etc? Suas opiniões são levadas em conta desde que não firam interesses outros aos quais estão vinculados, direta ou indiretamente, figuras do “establishment” governamental.

A cultura é só poesia e artes plásticas? Ou é também uma entidade mais abrangente capaz de criar soluções de vida digna para uma população, cuja preocupação imediata é a de saber como sobreviver, comer, criar e educar os filhos? Cultura é apenas criar poemas e ensaios, correndo-se atrás de uma secretaria governamental que os publique, ou é também propiciar condições para que mais pessoas possam lê-los? Cultura é apenas o financiamento de um filme hermético ou é também a elaboração de um roteiro que, afastado de euforias verde-amarelas, possa contribuir para o conhecimento de nós mesmos?

Muito papel e muita tinta já correram sobre a função do intelectual e do escritor na sociedade contemporânea. No caso brasileiro, um dos depoimentos mais dramáticos e prolongados é o de Mário de Andrade, cuja vastíssima correspondência salpica-se aqui e ali de dolorosas hesitações pessoais. De um lado, o intelectual ansioso pra se enfiar de cabeça no processo, acreditando poder interferir; de outro, o receio permanente de ser engolido pelo Sistema carregado de mazelas ou de com ele ser irremediavelmente identificado e confundido.

Evidentemente a solução de um dilema dessa natureza é de foro extremamente íntimo. O muito que se pode fazer é ponderar a respeito, antes e depois. O espaço entre a adesão e o afastamento é curto, assim como é tênue o limite entre o ser pessoal e o profissional, o individual e o social.

Numa extensa carta a Murilo Mendes, transcrita por Raúl Antelo numa tese a ser defendida brevemente na USP (2), Mário de Andrade coloca o

problema em termos absolutos, porque nivela-o com a morte: “O Departamento/de Cultura/vinha me tirar do impasse asfixiante ao mesmo tempo que dava ao escritor suicidado uma continuidade objetiva a sua ‘arte de ação’ pela arte. Ia agir. Me embebedar de ações, de iniciativas, de trabalhos objetivos, de luta pela cultura. Certamente não posso encarar isto como uma perfeição do meu ser interior. Mas também não posso chamar de covardia — o que é uma absoluta impossibilidade. Mas era sempre me conservar utilitário, dando uma pacificação às minhas exigências morais de escritor, pois tirava o escritor do foco, botando o foco no funcionário que surgia. Me suicidei sim porque tinha medo de mim mesmo. Tinha medo que, desarvorado, enfraquecido de minhas forças intelectuais, na estragosa luta interior que vivia, eu me entregasse enceguedamente a uma qualquer ideologia social. Logicamente seria ao Comunismo que tinha todas as minhas simpatias, quando de fato não podia ser comunista pela minha inatividade política e minhas convicções. Mas me entregava a ele para sóssegar. Pra me inutilizar em tudo o que de melhor faz a grandeza moral de um ser humano. E isso era simplesmente uma infâmia. Era adesismo do mais interesseiro, do mais egoísta, do mais covarde. Aderia como muitos indivíduos que vão pra guerra, só pra não estarem mais pensando se devem ou não ir pra guerra. Foi quando me propuseram o Departamento de Cultura. Percebi a possibilidade dum suicídio satisfatório e me suicidei. Eis aí.”

Como se comportar perante a sedução do Estado? Como preservar a independência e a autonomia intelectual? Em que medida a recusa de colaboração não significa omissão e absentéismo? Como escapar das seduções que fatalmente acabam por abafar a altura da voz no conforto da sala acarpetada?

Faz parte de nossa tradição a absorção do intelectual pela máquina governamental. Os exemplos se multiplicam dentro de nossa história, desde os árcades até os contemporâneos. Em confiança a Coelho Neto, Aluísio Azevedo expunha a vontade de ter um emprego com “vencimentos certos” (3). Numa reflexão imaginária, Graciliano Ramos não via outra saída para o intelectual brasileiro que não a do funcionalismo público, que vive “a realidade em duas metades, só podendo enxergar a verdade se fechar um olho. Essa condição”, continuava o autor de ANGÚSTIA, “é das mais castradoras e trágicas, porque o leva a ser mais e mais conivente com os poderosos do dia. Se os homens do legislativo e do judiciário já são

domésticos do Catete, o que não acontecerá com os nossos pensadores presos à máquina aliciadora do Ministério da Educação e Saúde?” (4)

Essa dualidade que persegue o nosso intelectual não é senão o reflexo de um comportamento dual que o próprio Estado observa com relação à Cultura. Dá-lhe força e prestígio não pelo seu valor intrínseco ou social, mas por aquilo que ela possa representar enquanto ornamento ou ilustração, adorno que aparentemente enobrece os donos do poder temporário. Acreditando-se magnânimos e tolerantes, porque concederam um espaço para a produção cultural, esses indivíduos tentam controlar a criação e a circulação dos bens porque deles se acham também donos. Fisga-se, pois, nessa atitude o traço paternalista da liberdade sob vigilância, da liberdade condicional.

O limite da especulação alheia não é determinado pela natureza do objeto, mas deveria do mando externo. Nessas condições, hipertrofia-se a função do Estado e a Cultura se converte em perfumaria.

A questão é polêmica e provocativa.

Reconheço o tom provocativo, assim como reconheço também que, num congresso de escritores, minha comunicação devesse se nortear para o campo restrito da literatura. No entanto, a extensão do tema que me foi proposto, junto com a extensão de nossos problemas, empurraram-me para essas perplexidades. De dentro da universidade, que nos atíça e ao mesmo tempo nos protege, temos a obrigação moral de refletir sobre nossos impasses e dilemas e, caso não haja soluções imediatas, que haja, pelo menos, a inquietação, o inconformismo, a impaciência, e o direito à ira.

- (1) Rubens Borba de Moraes — *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. SP, LTC-SCCT/1979/.
- (2) Raúl H. Antelo — *Literatura em revista*. SP, FFLCH-USP, 1981. p. 226. (Tese mimeo.)
- (3) Brito Broca — *A vida literária no Brasil — 1900*. 2ª ed. rev. e aum. Rio, José Olympio, 1960. p. 19.
- (4) Silviano Santiago — *Em liberdade*. /Rio/ Paz e Terra /1981/. p. 36.

---

(1) Apresentado no “V Congresso Nacional de Escritores”, realizado em outubro em Florianópolis.